

PÁGINA 5

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, nesta sexta-feira, que o Brasil trabalha para ser membro pleno da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean). Ele está em viagem à região em busca uma aproximação política com os países e a possibilidade de expansão do comércio brasileiro com um mercado de 680 milhões de habitantes. “O Brasil trabalha para ser membro pleno da Asean. O Brasil tem de acreditar na sua economia, nós vivemos um bom momento econômico brasileiro. (...) E por isso eu continuo viajando para ver se a gente aumenta a nossa balança, a nossa reserva em dólares, nossos investimentos também no exterior e atrair novos investimentos para o Brasil”, disse. A declaração foi dada após reunião com o secretário-geral da entidade, Kao Kim Hourn, em Jacarta, na Indonésia. O Brasil é o único país latino-americano a manter Parceria de Diálogo Setorial com a Asean, estabelecida em 2023, com iniciativas de coordenação política e de cooperação multisetorial. “O MPF argumenta que a ausência dos estudos e da consulta na fase pré-licitatória é uma grave ofensa ao ordenamento jurídico e aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil”, afirmou o órgão. **PÁGINA 8**

As contas externas do Brasil tiveram saldo negativo de US\$ 9,774 bilhões em setembro, informou nesta sexta-feira o Banco Central (BC). No mesmo mês de 2024, o déficit foi de US\$ 7,383 bilhões nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países. A piora na comparação interanual é

resultado do recuo de US\$ 2,2 bilhões no superávit comercial e do aumento de US\$ 946 milhões do déficit em renda primária, que contabiliza o pagamento de juros e lucros, além de dividendos de empresas. Em contrapartida, houve redução de US\$ 640 milhões no déficit em serviços e alta de US\$ 115 milhões no superávit em renda secundária. **PÁGINA 2**

JÚLIO CESAR SILVA/MDIC

O presidente em exercício, Geraldo Alckmin, inaugurou, nesta sexta-feira, a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Cáceres, no Mato Grosso. “Os setores que exportam, estando numa ZPE, eles têm uma facilidade, tem um ganho do ponto de vista econômico que ajuda no processo da exportação. E nós estamos aqui quase na fronteira, então, é extremamente importante”, explicou. Com uma

área de 240 hectares, a ZPE de Cáceres contou com investimentos de R\$ 51,3 milhões em obras de infraestrutura e da área administrativa. As ZPEs são áreas de livre comércio destinadas à produção de bens para exportação e à prestação de serviços vinculados à atividade exportadora. Essa é a quarta ZPE ativa no país, somando-se às de Uberaba (MG), Pecém (CE) e Parnaíba (PI). **PÁGINA 3**

O Ministério Público Federal (MPF) informou nesta sexta-feira que apresentou recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) contra a decisão que manteve o resultado do leilão de blocos exploratórios de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas e a concessão de licença de pesquisa para eventual exploração. Na última segunda-feira, a Petrobras obteve a licença do Ibama para iniciar a operação de pesquisa exploratória na Margem Equatorial. **PÁGINA 7**

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

Às vésperas da COP-30, com início marcado para 10 de novembro em Belém, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin (**foto**), incluiu na pauta de julgamentos do plenário processos com grande impacto para o meio ambiente. A intenção dele é agendar para até o fim do ano o retorno ao plenário os debates sobre a legalidade da tese do marco temporal, com regras para a demarcação de terras indígenas. **PÁGINA 6**

IBOVESPA 0,59% / 145.720,98 / 848,19 / Volume: 15.819.696.809 / Negócios: 2.837.027										Bolsas no mundo				Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	0,42% (set.)	EURO turismo							
Mais Negociados				Majores Altas				Majores Baixas				Fechamento		%	Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA	0,48% (set.)	Compra: 6,3280	Venda: 6,5080					
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.														
GOLL54	5,45	-1,62	-0,09	RVEE3	5,540	+89,73	+2,620	AMBP3	0,38	-9,52	-0,04	Dow Jones	46.734,61	+0,31	S&P 500	6.738,44	+0,58	CDI	(17/09)	15%	14,90%	DÓLAR Ptax - BC			
PORT3L	18,53			DESK3	15,250	+12,55	+1,700	BOBR4	1,26	-8,70	-0,12	NASDAQ Composite	22.941,798	+0,89	NASDAQ 100	25.097,415	+0,88	TR	(24/10)	0,1739%			-0,11%	Compra: 5,3840	Venda: -0,11%
AMBP3	0,38	-9,52	-0,04	BHIA3	3,520	+11,75	+0,370	MWET4	10,09	-8,27	-0,91	Rsid3	1,59	-6,47	-0,11	Euronext 100	1.714,21	+0,57	BM&F/grama/RJ		R\$ 716,24		Compra: 5,3854	Venda: 5,3860	
MGLU3	7,87	-5,64	-0,47	EUCA3	20,48	+10,70	+1,98	MGLU3	7,87	-5,64	-0,47	CAC 40	8.225,78	+0,23	Poupança	(24/10)	0,6748%	Compra: 6,2555	Venda: 6,2561			Compra: 5,4088	Venda: 5,5888		

MERCADOS



Bolsa sobe 0,31% no dia, e encerra semana com alta de 1,93%

CAROLINE ARAGAKI/AE

Dados de inflação nos Estados Unidos e no Brasil abaixo do esperado realimentaram as esperanças de cortes de juros e deram fôlego para a renda variável, com ações mais sensíveis à economia doméstica entre as maiores altas da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Acumulando uma valorização próxima de 2% na semana e próximo de apagar as perdas de outubro, contudo, o índice perdeu força no fim da tarde com o mercado adotando cautela frente à expectativa de um encontro entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil) e Donald Trump (EUA) no domingo.

O Ibovespa (Índice Bovespa) fechou em alta de 0,31%,

aos 146.172,21 pontos, após máxima aos 147.239,76 pontos pela manhã, próximo do recorde histórico de 147.578,39 alcançado em 30 de setembro. Na semana, avançou 1,93%, praticamente apagando as perdas para o mês de outubro a -0,04%. Em 2025, acumula valorização de 21,52%.

O núcleo do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) dos EUA subiu 0,2% em setembro ante agosto, abaixo da mediana coletada pelo Projeções Broadcast de alta de 0,3%. O indicador interrompeu, ainda que de forma momentânea, o apagão de dados provocado pelo shutdown do governo americano e abre espaço para o Federal Reserve (Fed) cortar juros na reunião da próxima semana.

Dólar fecha em leve alta apesar de leitura benigna de inflação nos EUA

ANTONIO PEREZ/AE

Depois de recuar pontualmente pela manhã sob o impacto da leitura benigna da inflação ao consumidor nos EUA, que reforçou a perspectiva de mais dois cortes de juros pelo Federal Reserve até o fim do ano, o dólar à vista ganhou força ao longo da tarde e en-

cerrou a sessão desta sexta-feira, em leve alta.

Com mínima de R\$ 5,3628 e máxima de R\$ 5,4032, o dólar à vista fechou em alta de 0,12%, a R\$ 5,3926. A divisa termina a semana com baixa de 0,24% mas ainda exibe ganhos em outubro (1,31%). No ano, a moeda americana recua 12,74% em relação ao real.

GESTÃO NUNES

Calote em precatórios da Prefeitura de SP preocupa governo Lula

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS E EDUARDO LAGUNA/AE

Um dia após o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) conceder uma liminar favorável à Prefeitura de São Paulo, suspendendo possíveis punições do Tribunal de Justiça (TJ) em uma disputa sobre o pagamento de precatórios, diferentes autoridades do governo federal se manifestaram sobre a questão e criticaram medidas que postergam o pagamento de precatórios em detrimento dos credores.

Durante um seminário organizado pelo Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP) nesta sexta-feira, autoridades e representantes do Poder Judiciário discutiram o tema. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, e o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, destacaram a importância de respeitar compromissos financeiros. Segundo Haddad, o pagamento de precatórios não é apenas uma obrigação legal, mas uma questão de humanidade e respeito aos cidadãos.

A decisão do CNJ, proferida pelo ministro Mauro Campbell Marques, corregedor nacional

de Justiça, facilita a aplicação imediata das novas regras da Emenda Constitucional 136 para o plano de pagamento de 2025 da Prefeitura de São Paulo. Conforme nota enviada ao Broadcast, a Prefeitura afirma que, devido à decisão, o município poderá alocar recursos essenciais para áreas como saúde, educação e infraestrutura, não sendo mais obrigado a desembolsar R\$ 805 milhões este ano para precatórios, e poderá destinar recursos para outras áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura.

Fernando Haddad, elogiado por reduzir a fila de precatórios quando foi prefeito, reconhece as dificuldades de algumas prefeituras, mas critica aquelas que optam por adiar pagamentos apesar de terem capacidade financeira. Ele destacou o compromisso de seu ministério em evitar alterações que prejudiquem o pagamento de precatórios, afirmando que prefere a reputação de quem paga a mais que a de caloteiro.

Vitor Boari, presidente da Comissão Especial de Assuntos Relativos a Precatórios Judiciais da OAB-SP, criticou duramente a ação do governo paulistano.

SETEMBRO

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

As contas externas do Brasil tiveram saldo negativo de US\$ 9,774 bilhões em setembro, informou nesta sexta-feira o Banco Central (BC). No mesmo mês de 2024, o déficit foi de US\$ 7,383 bilhões nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países.

A piora na comparação interanual é resultado do recuo de US\$ 2,2 bilhões no superávit comercial e do aumento de US\$ 946 milhões do déficit em renda primária, que contabiliza o pagamento de juros e lucros, além de dividendos de empresas. Em contrapartida, houve redução de US\$ 640 milhões no déficit em serviços e aumento de US\$ 115 milhões no superávit em renda secundária.

Nos 12 meses encerrados em setembro, o déficit em transações correntes somou US\$ 78,947 bilhões, o que corresponde a 3,61% do Produto Interno Bruto, indicador da soma dos bens e serviços produzidos no país. Em relação ao período equivalente terminado em setembro de 2024, houve aumento significativo no déficit; naquele mês, o resultado em 12 meses foi negativo em US\$ 49,769 bilhões, ou 2,23% do PIB.

De acordo com o BC, as tran-

sações correntes têm cenário bastante robusto e vinham com tendência de redução nos déficits em 12 meses, o que se inverteu a partir de março de 2024. Ainda assim, o déficit externo está financiado por capitais de longo prazo, principalmente pelos investimentos diretos no país, que têm fluxos e estoques de boa qualidade.

BALANÇA E SERVIÇOS

As exportações de bens totalizaram US\$ 30,686 bilhões em setembro, com aumento de 7% em relação a igual mês de 2024. Enquanto isso, as importações chegaram a US\$ 28,362 bilhões, com elevação de 17,4% na comparação com setembro do ano passado. É o recorde de importação do país, com destaque para a compra de uma plataforma de petróleo no valor de US\$ 2,4 bilhões.

Com os resultados de exportações e importações, a balança comercial fechou com superávit de US\$ 2,324 bilhões no mês passado, ante o saldo positivo de US\$ 4,524 bilhões em setembro de 2024.

O déficit na conta de serviços – viagens internacionais, transporte, aluguel de equipamentos e seguros, entre outros – atingiu US\$ 4,904 bilhões no mês passado, ante os US\$ 5,544 bilhões em igual período de 2024.

Houve redução de 12,2% nas despesas líquidas com serviços

de telecomunicação, computação e informações, totalizando US\$ 735 milhões; e de 7% em transportes, que somou US\$ 1,352 bilhão. As despesas líquidas de serviços de propriedade intelectual, ligados a serviços de streaming, aumentaram 64,9%, para US\$ 1,214 bilhão.

No caso das viagens internacionais, o déficit na conta fechou no mesmo patamar de setembro de 2024, chegando a US\$ 1,304 bilhão, resultado de US\$ 596 milhões nas receitas – que são os gastos de estrangeiros em viagem ao Brasil – e de US\$ 1,899 bilhão nas despesas de brasileiros no exterior.

RENDAS

Em setembro de 2025, o déficit em renda primária – lucros e dividendos, pagamentos de juros e salários – chegou a US\$ 7,635 bilhões, 14,1% acima do registrado em setembro do ano passado, de US\$ 6,690 bilhões. Normalmente, essa conta é deficitária, já que há mais investimentos de estrangeiros no Brasil – e eles remetem os lucros para fora do país – do que de brasileiros no exterior.

A conta de renda secundária – gerada em uma economia e distribuída para outra, como doações e remessas de dólares, sem contrapartida de serviços ou bens – teve resultado positivo de US\$ 441 milhões no mês passado, contra superávit US\$ 327

milhões em setembro de 2024.

FINANCIAMENTO

Os investimentos diretos no país (IDP) somaram US\$ 10,671 bilhões em setembro deste ano, ante US\$ 3,861 bilhões em igual mês de 2024. Quando o país registra saldo negativo em transações correntes, precisa cobrir o déficit com investimentos ou empréstimos no exterior. A melhor forma de financiamento do saldo negativo é o IDP, porque os recursos são aplicados no setor produtivo e costumam ser investimentos de longo prazo.

O IDP acumulado em 12 meses totalizou US\$ 75,843 bilhões (3,47% do PIB) em setembro, ante US\$ 69,033 bilhões (3,18% do PIB) no mês anterior e US\$ 69,315 bilhões (3,11% do PIB) no período encerrado em setembro de 2024.

No caso dos investimentos em carteira no mercado doméstico, houve entrada líquida de US\$ 4,429 bilhões em setembro, composta por entradas líquidas de US\$ 5,001 bilhões em títulos da dívida e saídas líquidas de US\$ 572 milhões em ações e fundos de investimento. Nos 12 meses encerrados em setembro, os investimentos em carteira no mercado doméstico somaram ingressos líquidos de US\$ 4,9 bilhões.

O estoque de reservas internacionais atingiu US\$ 356,582 bilhões em setembro, aumento de US\$ 5,815 bilhões em comparação ao mês anterior.

MEDIDAS SANITÁRIAS

Brasil retoma exportações de carne de frango para a Malásia

A Malásia anunciou, nesta sexta-feira a retomada da importação de carne de frango brasileira, que estava suspensa desde maio por causa das medidas sanitárias relacionadas à influenza aviária.

O anúncio foi feito em reu-

nião do ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, com o ministro da Agricultura e Segurança Alimentar da Malásia, Mohamad Sabu.

O Ministério da Agricultura também anunciou a autorização de importação pela Malásia de

novos produtos brasileiros: pescados extrativos e de cultivo, gergelim, melão e maçã, além de formalizar a abertura do mercado para ovos em pó.

A reunião integra a missão liderada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que realiza

visitas oficiais ao Sudeste Asiático.

Em 2024, o comércio bilateral entre Brasil e Malásia alcançou US\$ 487,2 milhões, sendo US\$ 346,4 milhões em exportações brasileiras e US\$ 140,9 milhões em importações.

PROTEÇÃO

Camex prorroga medidas antidumping contra China, Estados Unidos e Alemanha

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

O Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex/Camex) decidiu prorrogar por mais cinco anos a cobrança de alíquotas extras para a importação de escovas para cabelo, cadeados e pigmentos de dióxido de titânio produzidos na China.

A medida também se aplica, pelos mesmos cinco anos, às importações brasileiras de etanolaminas adquiridas na Alemanha e nos Estados Unidos. Derivadas do óxido de eteno, as etanolaminas são usadas na produção de defensivos agrícolas; cosméticos; produtos de limpeza; cimento e concreto e na indústria petrolífera.

Segundo o comitê, o objetivo das medidas é proteger os produtores brasileiros, evitando que concorrentes estrangeiros prati-

quem o chamado dumping - ou seja, que vendam seus produtos para importadores brasileiros por preços inferiores aos que cobram dos consumidores chineses.

No caso das escovas para cabelo, por exemplo, cada quilo do produto proveniente da China pagará, além da tarifa do Imposto de Importação, uma taxa extra de US\$ 8,78 para ingressar em território brasileiro, conforme estabelece a Resolução Gecex nº 801, publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira.

A taxa extra vem sendo cobrada das escovas para cabelo chinesas desde junho de 2007, a pedido do Sindicato da Indústria de Móveis de Junco, Vime, autor do pedido de investigação que levou a Gecex a concluir a prática de dumping pelos exportadores chineses.

Prorrogada em 2012 e em

2019, a medida ajudou as indústrias brasileiras, embora, segundo os próprios técnicos da Camex, não tenha sido suficiente para impedir que as escovas chinesas continuassem chegando ao Brasil por um valor inferior ao cobrado dos consumidores chineses.

Durante a terceira e mais recente revisão, os técnicos concluíram que, entre abril de 2023 e março de 2024, os exportadores chineses conseguiam entregar suas escovas no Brasil por, em média, US\$ 8,47/kg, enquanto, na China, os mesmos produtos eram vendidos por, em média, US\$ 17,24/kg. Disputando um mercado que, segundo o Simvpe, movimentou cerca de R\$ 204 milhões em 2024.

"A gente aplica a medida contra os produtores chineses, eles pegam e transferem suas vendas para o Vietnã, para Hong Kong. E

não temos como promover muitos processos como este, pois eles são caros, detalhistas e consomem entre um ano e meio e dois anos de análises. E as medidas, quando aprovadas, vigoram por apenas cinco anos, quando têm que ser revisadas, se for o caso", afirmou o presidente do Simvpe, Manoel Miguez, referindo-se especificamente à taxa extra imposta às escovas.

No caso das importações brasileiras de pigmentos de dióxido de titânio comercializados por exportadores chineses, as alíquotas adicionais vão de US\$ 1.148,72 a US\$ 1.267,74 por tonelada do produto, conforme o fabricante. O pigmento de dióxido de titânio serve para diversos fins industriais, incluindo a produção de tintas e revestimentos e também em alguns produtos farmacêuticos.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

MATO GROSSO

Alckmin inaugura Zona de Processamento de Exportação

ANDREIA VERDÉLIO/A BRASIL

O presidente em exercício, Geraldo Alckmin, inaugurou, nesta sexta-feira, a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Cáceres, no Mato Grosso. “Os setores que exportam, estando numa ZPE, eles têm uma facilidade, tem um ganho do ponto de vista econômico que ajuda no processo da exportação. E nós estamos aqui quase na fronteira, então, é extremamente importante”, explicou. Com uma área de 240 hectares, a ZPE de Cáceres contou com investimentos de R\$ 51,3 milhões em obras de infraestrutura e da área administrativa. As ZPEs são áreas de livre comércio destinadas à produção de bens para exportação e à

prestação de serviços vinculados à atividade exportadora. Essa é a quarta ZPE ativa no país, somando-se às de Uberaba (MG), Pecém (CE) e Parnaíba (PI). A produção nesse espaço, destinada à exportação, garante às empresas suspensão do recolhimento de alguns impostos e tributos na aquisição de insumos e matérias primas, com a conversão em isenção ou alíquota zero caso o produto final seja exportado. Se a produção for vendida no mercado interno, a cobrança de tributos é realizada. Alckmin destacou que Cáceres é um município com uma grande extensão territorial - 12 vezes maior a cidade de São Paulo - e que pode atrair investimentos para instalação de

agroindústrias, por exemplo, agregando valor aos cultivos e criações da região. “Se eu sou campeão na agropecuária, eu vou agregar valor para poder gerar mais emprego e melhorar a renda”, argumentou, em conversa com jornalistas locais. A nova ZPE já conta com uma empresa operando, a TRC Agroflorestal, que produz placas de madeira e teca. INTEGRAÇÃO A ZPE de Cáceres ainda está localizada estrategicamente em uma das rotas de Integração Sul-Americana, a rota do Quadrante Rondon. O programa do governo brasileiro visa otimizar a logística e fortalecer o comércio com os países vizinhos e a Ásia, conectando diversas re-

giões do Brasil através de projetos em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. O presidente afirmou, ainda, que vai conversar com o ministro dos Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho, para destravar a Hidrovia Paraguai-Paraná. A via fluvial na bacia do Rio da Prata conecta cinco países sul-americanos: Brasil, Paraguai, Bolívia, Argentina e Uruguai. “O trecho que precisa ser desassoreado, que precisa melhorar o calado, é Cáceres até Corumbá [MS]. Então, esse é o trecho que precisa ter o investimento. Nós precisamos ter eficiência econômica, reduzir custos, melhorar a logística e integrar modais, integrar os vários tipos de modais. Então, essa hidrovía é essencial”, destacou.

PERNAMBUCO

Petrobras conclui assinaturas de contratos para o trem 2 da Rnest

Denise Luna/AE

A Petrobras informou nesta sexta-feira, que finalizou todas as assinaturas de contratos para a retomada da construção das unidades de processamento do Trem 2 da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), localizada na cidade de Ipojuca, em Pernambuco. Ao todo, são nove contratos com empresas como a Consag, Tenenge, CPL, Possebon, Tecnosonda e Schneider Elétric, que somam mais de R\$ 8,3 bilhões em investimentos. Este valor está previsto no Plano de Negócios 2025-2029 (PN 2025-2029). O investimento faz parte do Novo Programa de Acelera-

ção do Crescimento (PAC). A partida total do segundo trem da refinaria pernambucana está programada para acontecer até 2029, mas parte das obras já está em andamento, com mais de dois mil e quinhentos empregos mobilizados. A estimativa é a geração de cerca de 30 mil empregos diretos e indiretos durante todo o processo de construção do Trem 2, que, quando pronto, vai acrescentar cerca de 13 milhões de litros de Diesel S10 (de baixo teor de enxofre) por dia à capacidade de produção nacional. Nacionalmente, a Petrobras está investindo US\$ 19,6 bilhões até 2029 no segmento de refino,



TANIA REGO/ABRASIL

transporte e comercialização, petroquímica e fertilizantes. Segundo a presidente da Petrobras, Magda Chambriard (foto), a companhia tem objetivos de expandir, adequar e diversifi-

car o parque industrial, com monetização do petróleo nacional, na busca de aumentar a oferta de produtos de alta qualidade e baixo carbono. "Os volumes reforçam a relevância da Rnest na ampliação da produção de derivados de maior valor agregado no parque de refino da Petrobras, promovendo ganhos em produtividade e contribuindo para o fornecimento de combustíveis com baixo teor de enxofre. Teremos investimentos rentáveis, que nos permitirão integração e diversificação dos negócios, com geração de valor na transição energética justa", disse Magda em nota.

VERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.,
CNPJ/MF nº 44.323.802/0001-08 - NIRE 3330034106-74
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16/10/2025: Arquivada na Jucerja sob o número 7272430 em 24/10/2025.

REQUERIMENTO DE LICENÇA
CONDOMÍNIO ARTE JARDIM – CNPJ: 52.190.569/0001-60, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, a Licença Municipal de Instalação e Operação – LMI/O através do processo EIS-PRO-2025/13613 para seu Sistema de Tratamento de Esgoto do Condomínio Residencial Multifamiliar ARTE JARDIM na AV.6 do PAA 10.448 PAL 40481 – 820 - Jacarepaguá, Rio de Janeiro – RJ.

REQUERIMENTO DE LICENÇA
MRV MRL RJ E GRANDE RIO INCORPORACOES LTDA – CNPJ: 34.692.778/0001-20, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, a Licença Municipal de Instalação e Operação – LMI/O através do PROCESSO EIS-PRO-2025/13216 para seu Sistema de Tratamento de Esgoto do Condomínio Residencial SENSIA BARRA, na Rua Rogério Jonas Zylbersztajn, lote 1, resultante do Lote 2 do PAL 49.719 na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro –RJ.

REQUERIMENTO DE LICENÇA
CCISA28 INCORPORADORA LTDA – CNPJ: 21.534.726/0001-84, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, a Licença Municipal de Instalação e Operação – LMI/O através do processo EIS-PRO- EIS-PRO-2025/13520 para seu Sistema de Tratamento de Esgoto do Condomínio Residencial Multifamiliar Metropolitan Dream, LOTE 01 DO PAL EM APROVAÇÃO, SITO A AV. 06, ESQ. C/ AV. O-E e RUA 3.5.1, TESTADASUPLEMENTAR P/A RUA 3.5.2 - Jacarepaguá, Rio de Janeiro – RJ.

REQUERIMENTO DE LICENÇA
OPPORTUNITY FUNDO DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS – CNPJ: 01.235.622/0001-61, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, a Licença Municipal de Instalação e Operação – LMI/O através do processo EIS-PRO-2025/14810 para seu Sistema de Tratamento de Esgoto do Condomínio Residencial Multifamiliar Barra Green Park na AV. DAS AMÉRICAS NUMERO 1510, LOTE 1 DA RUA PROJETADA 1 DO PAA 12782 PAA 12783.200, BARRA DA TIJUCA, RIO DE JANEIRO – RJ CEP: 22640-900

Top Down Consultoria & Projetos S.A.
CNPJ/MF nº 29.185.279/0001-07 NIRE 33.300.338.446
Carta Renúncia
Prezados Senhores, venho pela presente comunicar minha renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração da **Top Down Consultoria & Projetos S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Rua Helios Seelinger, 155, Loja A, sl. 201, 202, 301, 302, Barra da Tijuca, CEP 22.640-04, CNPJ/MF nº 29.185.279/0001-07, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCERJA/NIRE 33.300.338.446 (**"Companhia"**), para o qual fui eleito em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 25/03/2025. Sendo o que tinha para o momento, subscrevo-me. São Paulo, 10/09/2025. Atenciosamente, **Francisco de Assis Machado da Silva**, JUCERJA nº 00007272282, 24/10/2025; Protocolo: 2025/01016155-0, 20/10/2025. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio
CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58 - NIRE 33.300.162.178 (**"Companhia"**)
Rerratificação do Edital de 1ª, 2ª e 3ª Convocação dos
Acionistas da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio
(“Companhia”) para Assembleia Geral Extraordinária
Pelo presente Edital de Rerratificação da 1ª, 2ª e 3ª Convocação do Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, no dia 31 de outubro de 2025, às 11h00min (**"Edital"**), publicado em 22, 23 e 24/10/2025 no Jornal Diário do Acionista, o Conselho de Administração da Companhia, representado por seu presidente, Sr. Carlo Alberto Bottarelli, resolve retificar, em parte, o Edital, conforme a seguir: **Onde lê-se:** Eleição dos conselheiros do Conselho Fiscal com mandato de 01 ano. Leia-se: 1. Instalação e composição do Conselho Fiscal; 2. Eleição dos membros do Conselho Fiscal; e 3. Fixar a remuneração do Conselho Fiscal. Ficam ratificadas as demais disposições do Edital anteriormente divulgado. Duque de Caxias, 27 de outubro de 2025. Atenciosamente, **Carlo Alberto Bottarelli**, Presidente do Conselho de Administração.

Athon Campos dos Goytacazes 100 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
CNPJ/MF nº 33.525.025/0001-68 – NIRE 33.211.207.231
Ata de Reunião de Sócios realizada em 24 de outubro de 2025

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de outubro de 2025, às 11h00, na sede social da **Athon Campos dos Goytacazes 100 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.**, localizada na Cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na Fazenda São Francisco de Assis (Mineiros) – Lote 1, Rodovia Deputado Alair Ferreira, s/n, Mussurupé, CEP 28.110-000 (**"Sociedade"**). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, conforme o disposto no artigo 1.072, § 2º, da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (**"Código Civil"**), por estar presente única sócia, representando 100% (cem por cento) do capital social da Sociedade: **Athon Geração Distribuída VII S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 36.997.602/0001-02, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, Conjunto 112, Torre 4, Cidade Monções, CEP 04.571-010, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE 35300567234, representada neste ato na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. **Daniel Ferreira Maia de Freitas**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 35466446-3 (SSP-SP), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº 320.434.708-76, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, Conjunto 112, Torre 4, Cidade Monções, CEP 04.571-010, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE 35300567234, representada neste ato na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. **Daniel Ferreira Maia de Freitas**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 35466446-3 (SSP-SP), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº 320.434.708-76, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, Conjunto 112, Torre 4, Cidade Monções, CEP 04.571-900 (**"Athon GD VII"**). **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Daniel Ferreira Maia de Freitas** e secretariados pela Sra. **Ana Paula Casalatina**. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a redução do capital social da Sociedade, julgado excessivo, no montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sem o cancelamento de quotas, nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil; e (ii) a autorização para que os administradores pratiquem todos os atos necessários para a efetivação das deliberações acima. **5. Deliberações:** Após o exame, a discussão e a votação das matérias constantes da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas pela única sócia da Sociedade: **5.1.** Aprovar, sem quaisquer restrições ou ressalvas, a lavratura da ata na forma de sumário contendo transcrição apenas das deliberações tomadas. **5.2.** Aprovar, sem quaisquer restrições ou ressalvas, condicionado à verificação do previsto no item 5.2.2 abaixo, a redução do capital social da Sociedade, considerado excessivo em relação ao objeto da Sociedade, no montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), mediante a diminuição proporcional do valor nominal das quotas, passando **dos atuais** R\$ 2.915.969,00 (dois milhões, novecentos e quinze mil, novecentos e sessenta e nove reais), dividido em 2.915.969 (dois milhões, novecentos e quinze mil, novecentas e sessenta e nove) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) **para** R\$ 2.615.969,00 (dois milhões, seiscentos e quinze mil, novecentos e sessenta e nove reais), dividido em 2.915.969 (dois milhões, novecentas e quinze mil, novecentas e sessenta e nove) quotas, com valor nominal de R\$ 0,897118 (oitenta e nove centavos e fração decimal de real), com a consequente restituição do montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) à única sócia **Athon GD VII**, acima qualificada, sem juros ou correção monetária, em moeda corrente nacional, observada a condição suspensiva prevista nos **itens 5.2.1 e 5.2.2** abaixo, nos termos do artigo 1.082, inciso II e artigo 1.084 do Código Civil. **5.2.1.** Nos termos do artigo 1.084, § 1º do Código Civil, durante o prazo de 90 (noventa) dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos que sejam anteriores à referida data de publicação poderão se opor à redução do capital social da Sociedade ora deliberada. **5.2.2.** A redução do capital social da Sociedade, ora deliberada, somente se tornará efetiva após findo o prazo previsto no artigo 1.084, § 1º do Código Civil, indicado no **item 5.2.1** acima, uma vez atendida referida exigência, a **Athon GD VII** deverá promover a alteração do Contrato Social da Sociedade de forma a refletir a referida redução. **5.3.** Autorizar a administração da Sociedade a praticar todos os atos e adotar todas as medidas necessárias para dar cumprimento e formalizar as deliberações ora aprovadas, incluindo os registros e averbações nos órgãos públicos e privados que se façam necessários para tal fim. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Campos dos Goytacazes/RJ, 24 de outubro de 2025. (ass.) **Mesa: Daniel Ferreira Maia de Freitas – Presidente; Ana Paula Casalatina – Secretária. Única Sócia: Athon Geração Distribuída VII S.A.**, Por: Daniel Ferreira Maia de Freitas – Cargo: Diretor.

ÁREA

Latam inaugura rotas domésticas e operação direta para Córdoba

ELISA CALMON/AE

A Latam inicia, na próxima semana, operações em sete novas rotas domésticas. As inaugurações ampliam as opções de horários e as ligações diretas entre capitais, polos regionais e destinos turísticos. As novidades incluem também a rota direta entre São Paulo e Córdoba, na Argentina. A ligação entre Boa Vista e São Paulo/Guarulhos terá duas frequências semanais, às terças e sábados, e se torna o voo direto mais longo do Brasil, com 4h35 de duração. A rota Brasília-Foz do Iguaçu contará com sete voos por semana, enquanto São Paulo/Congonhas-São Luís terá cinco frequências, de segunda a sexta. Entre Guarulhos e Ribeir-

rão Preto e entre Curitiba e o Rio/Galeão, haverá dois voos diários, todos os dias da semana. Já a rota Congonhas-Natal terá sete voos semanais, e Congonhas-Ilhéus, antes sazonal, passa a ser regular, com dois voos por semana, aos sábados e domingos. "Cada nova rota encurta distâncias e cria caminhos mais diretos entre regiões importantes do Brasil", afirma a diretora de Vendas e Marketing da Latam, Aline Mafra. No 1º semestre de 2025, a Latam ampliou em 8,5% a sua oferta doméstica de assentos (ASK) no Brasil e prevê encerrar o ano com alta entre 9,5% e 10,5%. Em 2025, inaugurou sete novas bases brasileiras: Pelotas, Fernando de Noronha, Ribeirão Preto, Campinas, Bonito, Dourados e Parnaíba.

Athon Campos dos Goytacazes 200 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.
CNPJ/MF nº 33.525.035/0001-01 – NIRE 33.211.204.533
Ata de Reunião de Sócios realizada em 24 de outubro de 2025
1. Data, Hora e Local: Realizada aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de outubro de 2025, às 11h00, na sede social da **Athon Campos dos Goytacazes 200 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.**, localizada na Cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na Fazenda Estrada de Areia e Estrada Nova – Lote 1, Rodovia Deputado Alair Ferreira, s/n, Mussurupé, CEP 28.110-000 (**"Sociedade"**). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, conforme o disposto no artigo 1.072, § 2º, da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (**"Código Civil"**), por estar presente única sócia, representando 100% (cem por cento) do capital social da Sociedade: **Athon Geração Distribuída VII S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 36.997.602/0001-02, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, Conjunto 112, Torre 4, Cidade Monções, CEP 04.571-010, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE 35300567234, representada neste ato na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. **Daniel Ferreira Maia de Freitas**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 35466446-3 (SSP-SP), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº 320.434.708-76, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, Conjunto 112, Torre 4, Cidade Monções, CEP 04.571-900 (**"Athon GD VII"**). **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Daniel Ferreira Maia de Freitas** e secretariados pela Sra. **Ana Paula Casalatina**. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a redução do capital social da Sociedade, julgado excessivo, no montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sem o cancelamento de quotas, nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil; e (ii) a autorização para que os administradores pratiquem todos os atos necessários para a efetivação das deliberações acima. **5. Deliberações:** Após o exame, a discussão e a votação das matérias constantes da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas pela única sócia da Sociedade: **5.1.** Aprovar, sem quaisquer restrições ou ressalvas, a lavratura da ata na forma de sumário contendo transcrição apenas das deliberações tomadas. **5.2.** Aprovar, sem quaisquer restrições ou ressalvas, condicionado à verificação do previsto no item 5.2.2 abaixo, a redução do capital social da Sociedade, considerado excessivo em relação ao objeto da Sociedade, no montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), mediante a diminuição proporcional do valor nominal das quotas, passando **dos atuais** R\$ 2.700.298,00 (dois milhões, setecentos mil, duzentos e noventa e oito reais), dividido em 2.700.298 (dois milhões, setecentas mil, duzentas e noventa e oito) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) **para** R\$ 2.400.298,00 (dois milhões, quatrocentos mil, duzentos e noventa e oito reais), dividido em 2.700.298 (dois milhões, setecentas mil, duzentas e noventa e oito) quotas, com valor nominal de R\$ 0,888901 (oitenta e oito centavos e fração decimal de real), com a consequente restituição do montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) à única sócia **Athon GD VII**, acima qualificada, sem juros ou correção monetária, em moeda corrente nacional, observada a condição suspensiva prevista nos **itens 5.2.1 e 5.2.2** abaixo, nos termos do artigo 1.082, inciso II e artigo 1.084 do Código Civil. **5.2.1.** Nos termos do artigo 1.084, § 1º do Código Civil, durante o prazo de 90 (noventa) dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos que sejam anteriores à referida data de publicação poderão se opor à redução do capital social da Sociedade ora deliberada. **5.2.2.** A redução do capital social da Sociedade, ora deliberada, somente se tornará efetiva após findo o prazo previsto no artigo 1.084, § 1º do Código Civil, indicado no **item 5.2.1** acima, uma vez atendida referida exigência, a **Athon GD VII** deverá promover a alteração do Contrato Social da Sociedade de forma a refletir a referida redução. **5.3.** Aprovar, sem quaisquer restrições ou ressalvas, uma vez efetuada a redução do capital social da Sociedade, nos termos do **item 5.2** acima, a alteração da redação da Cláusula Quinta do Contrato Social da **"Cláusula Quinta – O capital social da Sociedade é de R\$ 2.400.298,00 (dois milhões, quatrocentos mil, duzentos e noventa e oito reais), dividido em 2.700.298 (dois milhões, setecentas mil, duzentas e noventa e oito) quotas, com valor nominal de R\$ 0,888901 (oitenta e oito centavos e fração decimal de real), totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, distribuídas conforme segue:**

Nome	Quantidade de Quotas	Valor (R\$)	%
Athon Geração Distribuída VII S.A.	2.700.298	2.400.298,00	100
Total	2.700.298	2.400.298,00	100

Parágrafo Primeiro – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. **Parágrafo Segundo –** Nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças, celebrado em 04 de agosto de 2021 e arquivado na sede da Sociedade (**"Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas"**), a totalidade das quotas representativas do capital social da Sociedade, bem como todos os bens, direitos, rendimentos e valores a serem pagos aos quotistas, foram alienados fiduciariamente em favor da True Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.130.744/0001-00, em garantia dos valores devidos no âmbito dos certificados de recebíveis imobiliários da 399ª série de sua 1ª emissão, observados os termos e condições estabelecidos no Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas (**"Alienação Fiduciária de Quotas"**). **Parágrafo Terceiro –** Integrarão automaticamente a presente Alienação Fiduciária de Quotas: (i) quaisquer novas quotas e/ou demais direitos que venham a ser atribuídos às fiduciárias, ou aos seus eventuais sucessores legais, no futuro, em caso de desdobramento ou grupamento das quotas, subscrição ou de qualquer outra forma, além das quotas decorrentes do exercício de direitos de preferência e opções sobre as quotas, que venham a ser subscritos ou adquiridos pelas fiduciárias; (ii) quaisquer quotas, valores mobiliários e/ou demais direitos que venham a substituir as quotas, em razão do cancelamento destas, incorporação, fusão, cisão, transformações do tipo societário ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Sociedade; e (iii) todos os frutos, rendimentos, dividendos, lucros, ganhos, proventos, direitos econômicos e vantagens que forem atribuídos expressamente a quaisquer das quotas, a qualquer título, inclusive, sem limitação, direito de subscrição, direito ao recebimento de royalties, direitos, juros sobre ativo circulante líquido, juros sobre capital próprio, distribuições e outros pagamentos, valores recebidos ou a serem recebidos, distribuídos de outra forma ou pagos às fiduciárias, por swap, venda ou qualquer outra forma de alienação das referidas quotas ora alienadas fiduciariamente, inclusive as decorrentes de amortização das quotas, liquidação da Sociedade, bens, direitos ou qualquer outra forma, que venham a ser pagos às fiduciárias em razão das quotas, observados os termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas. **5.4.** Autorizar a administração da Sociedade a praticar todos os atos e adotar todas as medidas necessárias para dar cumprimento e formalizar as deliberações ora aprovadas, incluindo os registros e averbações nos órgãos públicos e privados que se façam necessários para tal fim. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Campos dos Goytacazes/RJ, 24 de outubro de 2025. (ass.) **Mesa: Daniel Ferreira Maia de Freitas – Presidente; Ana Paula Casalatina – Secretária. Única Sócia: Athon Geração Distribuída VII S.A.** Por: Daniel Ferreira Maia de Freitas, Cargo: Diretor.

Ricardo Nunes deixa incerto se vai ou não cumprir mandato

GEOVANI BUCCI/AE

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), afirmou nesta sexta-feira, estar preparado para assumir novos desafios em âmbito estadual, ainda que "deseje concluir o mandato". Embora negue publicamente, nos bastidores o prefeito é tratado como pré-candidato ao governo paulista, caso o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) decida disputar a Presidência da República em 2026.

"Eu, sinceramente, desejo concluir o mandato, mas, se algum desafio vier pela frente, eu vou estar sempre às ordens pra poder trabalhar pela nossa cidade e pelo nosso Estado", disse Nunes ao receber o Colar de Honra ao Mérito Legislativo na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp).

Durante a homenagem a ele, o prefeito exaltou Tarcísio como um "grande amigo" e fez relatos sobre o estreitamento da relação entre ambos durante a campanha de reeleição em 2024. Ele recordou que manteve-se na liderança das pesquisas do início. Em determinado momento, porém, percebeu que o influenciador Pablo Marçal (PRTB) começava a crescer nas intenções de

voto. Diante disso, Tarcísio o alertou sobre a necessidade de intensificar o ritmo.

"Depois do resultado (...), o Tarcísio chega pra mim e fala o seguinte 'Eu não te falei, mas durante a campanha eu descobri o tumor. Eu precisaria fazer a retirada pra fazer a biópsia, para saber se era maligno ou benigno. Mas na campanha não dava para parar, a gente não podia perder", continuou Nunes. "Tarcísio, no cargo de governador, deixou de fazer o seu exame de câncer... E Deus é tão grande que, graças a Deus, ele se internou, fez a biópsia e não era câncer maligno."

Em viagem pelo interior desde quarta-feira passada, para cumprir agenda de governo, Tarcísio não compareceu à cerimônia. A solenidade contou com figuras como o presidente da Alesp, André do Prado (PL), e o ex-governador Rodrigo Garcia (sem partido).

Ao discursar, Garcia afirmou que Nunes ainda terá "muitos desafios" pela frente e que São Paulo, o Estado e o País "vão agradecer" por sua permanência na vida pública. Segundo o ex-governador, "quem administra a cidade de São Paulo está preparado para qualquer coisa".

SP lança plano com até 16h de restrição e rodízio de água

ÍTALO LO RE/AE

O governo de São Paulo anunciou nesta sexta-feira, um plano de contingenciamento que prevê restrição de até 16 horas no pressão nos encanamentos de distribuição de água na região metropolitana de São Paulo, além de medidas mais drásticas como o rodízio no abastecimento e uso do volume morto dos mananciais em casos extremos. O objetivo é combater a crise hídrica afeta o Estado.

O planejamento irá se pautar em 7 faixas de restrição, que serão ativadas a depender do avanço ou não do desabastecimento.

ENTENDA

As 7 faixas de atuação representam etapas de criticidade e vão orientar as medidas de contingências que serão adotadas. Segundo o governo, as restrições só vão acontecer após sete dias consecutivos dos índices em uma mesma faixa, com relaxamento após 14 dias consecutivos de retorno ao cenário imediatamente mais brando.

Faixas 1 e 2: estabelecem o Regime Diferenciado de Abasteci-

mento (RDA) e a gestão de demanda noturna de 8 horas, respectivamente;

Faixa 3: prevê gestão de demanda noturna de 10 horas por dia e intensificação de campanhas de conscientização;

Faixas 4, 5 e 6: contingência controlada, com períodos ampliados de redução da pressão na rede, por 12, 14 e 16 horas;

Faixa 7: cenário mais grave. prevê o rodízio de abastecimento entre regiões, com obrigação de fornecimento de caminhões-pipa para apoio a serviços essenciais.

"O rodízio é uma medida de caráter excepcional e de impacto muito alto. Ele só será considerado quando todas as medidas anteriores se revelarem insuficientes para garantir a preservação dos reservatórios", explicou o diretor-presidente da Arsesp.

A divulgação das medidas foi feita após o Sistema Cantareira registrar o nível mais baixo do reservatório dos últimos dez anos. A medição é realizada pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e divulgada diariamente no site da companhia.

Hoje, o nível de reservação hí-

drica está em 28,7%, o menor patamar desde a crise que afetou São Paulo entre 2014 e 2015. Com isso, o Estado está na faixa 3, com diminuição da pressão por 10 horas.

HISTÓRICO

O Sistema Cantareira é o maior produtor de água da Região Metropolitana de São Paulo, utilizando 33 m3/s de água para abastecer, aproximadamente, 46% da população da RMSP.

Ele é formado por cinco reservatórios: Jaguari, Jacareí, Cachoeira, Atibainha e Paiva Castro, os quais estão conectados por túneis subterrâneos e canais.

Durante todo o ano de 2014 e 2015, as vazões afluentes ao sistema foram bem menores do que a média histórica, registradas desde 1930, inclusive abaixo do pior ano da série, que até então havia sido 1953.

Em 2014, em média o Sistema Cantareira recebeu 23% da média histórica das afluências e em 2015, 50%.

Com o agravamento da estiagem ocorrida em 2014 e 2015, foi autorizado o uso da reserva técnica do Sistema Cantareira, conhecido como "volume morto", que soma cerca de 480 bilhões de li-

tros de água localizados abaixo das estruturas de operação dos reservatórios e acessíveis apenas por bombeamento.

A gestão do Sistema Cantareira é de responsabilidade da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE). Apesar de o Sistema estar localizado integralmente em território paulista, recebe água de uma bacia hidrográfica de gestão federal.

Conforme mostrou o Estadão, uma das razões do esgotamento do Sistema Cantareira é o desmatamento. A região possui 93.932 hectares de remanescentes de vegetação nativa, 35,5% do território, de acordo com o governo estadual.

Se a água é o centro da crise, as árvores são uma espécie de "amortecedor climático" do ambiente urbano. A arborização urbana reduz a temperatura, resultado da absorção de energia solar para a fotossíntese, purifica o ar, como consequência da retenção de material particulado nas folhas e da absorção de determinados gases. Além disso, diminui o impacto das chuvas sobre o solo, reduzindo a velocidade das águas.

INVESTIGAÇÃO

PCC alugou imóvel perto da casa de promotor e usou drones para vigiá-lo

O promotor de Justiça Lincoln Gakiya disse nesta sexta-feira, que os integrantes do PCC que planejavam matá-lo chegaram a alugar uma casa perto do condomínio onde ele mora para monitorar sua rotina. "Havia também uma residência que provavelmente foi locada, justamente para facilitar esse acompanhamento, a cerca de 900 metros do condomínio que eu resido", disse Gakiya em coletiva de imprensa nesta sexta-feira.

Além do imóvel, a facção usou drones para vigiar a residência de Gakiya. "Eu tive minha casa vigiada por drones. Havia uma casa próxima ao meu condomínio que foi utilizada como base para monitorar minha rotina. Foram encontrados diversos

prints de tela com o trajeto que eu utilizei diariamente para me deslocar para o Ministério Público, e também algumas rotinas, como academia. Elas foram remetidas para o setor que eles denominam de Sintonia Restrita do PCC", detalhou o promotor à GloboNews.

Segundo as investigações, os criminosos monitoraram a mulher de Medina, que teve o carro fotografado. No celular de um dos fccionados, os policiais encontraram prints e áudios que mostram ele negociando fuzis, "além de coletar prints de mapas de georreferenciamento indicando localizações precisas em Presidente Prudente, inclusive, da sede do Ministério Público de Presidente Prudente".

RODOVIA

Governo de SP publica edital da concessão rodoviária da Rota Mogiana

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), publicou nesta sexta-feira o edital da concessão do Lote Rota Mogiana, um dos principais projetos rodoviários do Programa de Parcerias em Investimentos do Estado (PPI-SP).

O modelo foi aprimorado a partir de 284 contribuições recebidas durante as consultas e audiências públicas, que resultaram em ajustes técnicos e aprimoramentos incorporados ao edital. O leilão está marcado para 27 de fevereiro de 2026, na sede da B3, em São Paulo.

Com 520 km de extensão, o projeto prevê R\$ 8,9 bilhões em investimentos para duplicação, implantação de terceiras faixas, construção de marginais, acostamentos e passarelas, além da modernização de dispositivos de acesso e do novo contorno viário de Águas da Prata. A futura concessionária será responsável pela ampliação, operação, manutenção e gestão da malha viária durante 30 anos.

"Estamos entregando um projeto robusto, que passou por um amplo processo de escuta pública e foi aperfeiçoado com base nas contribuições da sociedade e dos municípios atendidos. A nova Ro-



ta Mogiana vai fortalecer a infraestrutura logística do interior paulista, aumentar a segurança viária e impulsionar o desenvolvimento regional", afirmou o secretário de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini.

As melhorias previstas no edital do projeto incluem duplicação de 217 km de rodovias; implantação de 138 km de terceiras faixas; construção e adequação de 151 dispositivos de acesso; adequação ou implantação de 96 km de marginais; construção de 59 novas passarelas; adequação ou construção de 135 pontos de ôni-

bus; e implantação de um contorno viário.

Participação pública e trechos incluídos.

O projeto reflete uma ampla revisão técnica conduzida pela Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) e pela Artesp, com base em 284 contribuições recebidas durante as consultas e audiências públicas, 83% delas total ou parcialmente acolhidas. Essa escuta garantiu um modelo mais equilibrado e transparente, que respeita as demandas regionais e mantém o foco em segurança, fluidez e qualidade do serviço.

O projeto atualizado absorve os trechos atualmente sob concessão da Renovias. As rodovias anteriormente divididas entre os lotes Rota Mogiana e Circuito das Águas foram agora reunidas em um único projeto – o da Rota Mogiana –, garantindo mais racionalidade e integração logística. Entre as principais melhorias na região estão duplicações nas rodovias SP-333, SP-338, SP-342, SP-350, SP-344, SP-107, SP-133 e SP-215; faixas adicionais na SP-340 e SP-350; construção de um novo contorno viário em Águas da Prata; e implantação de ciclovias na SP-107 e SP-342. Com o novo arranjo, o projeto seguirá em para leilão, enquanto o Circuito das Águas permanecerá em estudo pelas áreas técnicas da SPI.

DESENVOLVIMENTO

As rodovias concedidas em São Paulo são referência nacional em qualidade. De acordo com a pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT), nove das dez melhores estradas do Brasil estão no Estado, sendo oito concedidas, um reflexo direto dos investimentos e da gestão moderna que reduziu em mais de 50% os índices de acidentes e mortes nas vias sob concessão.

UNICEF

Vacinação despenca na Maré em dias de operação policial

TÂMARA FREIRE/ABRASIL

Nos dias de operações policiais, cai drasticamente o número de vacinas aplicadas em crianças de até 6 anos no Conjunto de Favelas da Maré, na Zona Norte do Rio de Janeiro, mesmo quando as unidades de saúde continuam abertas. A conclusão é de uma pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e pela organização Redes da Maré, feita com o objetivo de investigar o impacto dos tiroteios no acesso à imunização em regiões periféricas.

Ao longo de 2024, as forças de segurança realizaram operações em alguma comunidade do complexo em 43 dias. Os confrontos armados obrigaram o fechamento de ao menos uma unidade de saúde em 22 desses dias. Como consequência, apenas nove crianças foram vacinadas, em média, em dias de operação policial — uma redução de 90% em comparação com as 89 imunizadas nos dias normais. A queda brusca também aparece no número de doses aplicadas: a média diária de 187 cai para 20.

O levantamento também analisou os dados do primeiro semestre deste ano, que corroboram a observação sobre o impacto das operações. A média de doses aplicadas nos dias normais, em 2025, foi de 176,7, com 76 crianças atendidas. Já nos dias em que as forças de segurança estavam em atuação, foram aplicadas apenas 21,1 doses, em média, com 11 crianças imunizadas por dia.

Mesmo quando as unidades não fecharam, apesar das operações em curso, a vacinação caiu 82%, tanto no número de doses quanto no de crianças vacinadas. De acordo com o estudo, isso "su-

gere um efeito indireto ou difuso das operações", causado pela "atmosfera de medo e tensão, que restringe a circulação de moradores e profissionais e o acesso às unidades de saúde para vacinar suas crianças".

A Maré é um dos maiores conjuntos de favelas do Brasil, com 15 favelas e quase 125 mil habitantes. Destes, mais da metade tem menos de 30 anos, e 12,4% são crianças de 0 a 6 anos. Atualmente, o complexo é atendido por seis unidades básicas de saúde, que oferecem as vacinas previstas no calendário básico do Sistema Único de Saúde, entre outros serviços.

A chefe do escritório do Unicef no Rio de Janeiro, Flávia Antunes, alerta que a política de segurança pública segue um modelo não protetivo da infância e tem funcionado como um determinante social da saúde.

"Está impedindo que as crianças acessem o seu direito de receber vacinas absolutamente centrais nesse período, como pólio, sarampo, coqueluche...", adverte.

Flávia Antunes também lembra que o atraso ou a ausência da vacinação nas crianças pequenas põem em risco toda a comunidade:

"A imunidade de rebanho é essencial para um território densamente povoado como o da Maré, que enfrenta outros desafios, como o saneamento, por exemplo. Essa imunidade acaba protegendo indiretamente quem não pode ser vacinado, como, por exemplo, os recém-nascidos. Então, quando você compromete a imunidade coletiva, você tem a maior circulação de agentes infecciosos e amplia o risco de surto ou epidemia".

De acordo com a coordenadora do eixo Direito à Saúde da ONG

Redes da Maré, Carolina Dias, essa situação reforça a desigualdade que atinge os moradores da Maré e de outras regiões periféricas que vivem em meio a confrontos armados, diferentemente dos habitantes de outras localidades, com consequências para a sua qualidade de vida e saúde.

"Quando se decide que a política de segurança se sobrepõe à política de saúde, ao acesso ao direito de saúde, a gente tem um problema. É sobre isso que a gente quer falar. Como que se constroem políticas públicas de modo que uma coisa não seja mais importante que a outra, e que esses moradores não tenham seus direitos negados", complementa.

CONSEQUÊNCIAS

A perda de oportunidade de vacinação é uma das grandes preocupações dos especialistas. A diretora da Sociedade Brasileira de Imunizações, Isabela Ballalai, destaca que a falta de acesso aos postos de vacinação é um dos principais fatores que impactam a imunização no Brasil, associada ao dia a dia corrido das famílias, que nem sempre podem dispor de vários dias para levar as crianças às salas de vacina.

"Oportunidade de vacinação é algo que a gente aprendeu que não pode perder. Uma oportunidade perdida pode significar que essa criança não vai voltar ou só vai voltar muito tempo depois. As vacinas, todas elas, são contra doenças graves. Mesmo a catapora, que todo mundo acha que é só uma doença de criança, é uma doença que pode matar e hospitalizar. A vacinação fez com que essas doenças que tanto mataram deixassem de acontecer. Só que, se parar de vacinar, os vírus e as bactérias podem voltar, como é o caso do sarampo", acrescenta.

RECOMENDAÇÃO

O Unicef e a Redes da Maré fazem recomendações para minimizar os danos verificados no estudo. Além de pedir a redução da violência armada, as duas organizações demandam que as unidades de saúde sejam protegidas e que o impacto nesses serviços seja considerado no planejamento das operações.

Quanto às crianças que deixaram de ser vacinadas, recomendam "a vacinação em espaços intersetoriais, utilizando modelos combinados como escolas, centros de referência de assistência social (Cras), centros de referência especializados de assistência social (Creas) e visitas domiciliares."

"O ideal seria que a gente não precisasse dessas ações, mas, havendo essa situação, a gente precisa fazer busca ativa das crianças que estão com a vacinação em atraso. A gente já identificou também, no processo de pesquisa, a [importância da] atuação, por exemplo, dos agentes comunitários de saúde, nesse processo de busca ativa. Então, temos que fortalecer esses profissionais também para que eles possam seguir garantindo o acesso à vacinação e à saúde como um todo", complementa a coordenadora do eixo Direito à Saúde da Redes da Maré.

A chefe do escritório do UNICEF no Rio de Janeiro cobra que a presença do Estado nessas localidades precisa ser qualificada.

"Ela precisa de planejamento, de protocolo e de estar articulada com a saúde e com a assistência social. Muitas pessoas acham que ou a polícia atua de forma violenta interrompendo ou serviços de saúde ou ela não atua. A gente tem que acabar com esse falso dilema.", conclui Flávia Antunes.

RUMO AO STF

Assembleia de Deus de Madureira declara apoio a Jorge Messias

BRUNA ROCHA/AE

A Convenção Nacional das Assembleias de Deus de Madureira (Conamad) declarou nesta sexta-feira, apoio ao advogado-geral da União, Jorge Messias (foto), cotado para assumir uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF) na vaga do ministro aposentado Luis Roberto Barroso.

O apoio foi anunciado após o encontro dos líderes religiosos da Conamad com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ocorrido na última semana no Palácio do Planalto. Participaram do encontro o bispo Samuel Ferreira, presidente da Conamad, e o deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP), e Messias.

"A Conamad manifesta publicamente seu reconhecimento à trajetória do ministro Jorge Messias, homem de fé, jurista exemplar e servidor comprometido com os mais elevados valo-



JOSE CRUZ/ABRASIL

res da vida pública", escreveu o bispo Samuel em nota com a Conamad.

O post acrescenta que a caminhada de Messias é inspiradora: "Sua trajetória inspira respeito

por unir técnica e espiritualidade, razão e sensibilidade, prudência e coragem - virtudes raras em tempos de tanta divisão".

"Sua eventual indicação ao Supremo Tribunal Federal re-

presenta não apenas o coroamento de uma carreira pautada pela competência e integridade moral, mas também um gesto simbólico de apreço àqueles que conciliam fé e serviço à Nação", completou.

"A história do ministro Messias é um testemunho de que o saber jurídico pode caminhar lado a lado com a fé cristã, e de que o serviço público é vocação, não privilégio; missão, não palco de vaidades", finalizou.

A Assembleia de Deus Madureira é a segunda maior denominação das Assembleias de Deus no Brasil, ficando atrás apenas da de Belém, liderada pelo pastor José Wellington.

Messias está entre os nomes cotados para assumir a vaga de Barroso, que deixou o cargo no Supremo Tribunal Federal aos 67 anos, uma aposentadoria antecipada, já que a aposentadoria compulsória seria aos 75 anos.

AMIGO DAS CRIANÇAS

Rede terá mais 18 hospitais habilitados

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

Mais 18 hospitais da rede Amigo da Criança serão habilitados pelo Ministério da Saúde. A medida visa diminuir os índices de mortes maternas e neonatais. De acordo com o ministério, o país registrou 1.325 mortes maternas e 40.025 mortes neonatais apenas em 2023.

"A razão de mortalidade materna chegou a 117 por 100 mil nascidos vivos em 2021 por conta do impacto da pandemia, e o

índice passou para 55,3 em 2023", detalha a pasta.

Estão previstos um total de R\$ 25 milhões na iniciativa, que contava, até então, com R\$ 12 milhões anualmente. Com as novas unidades, o país passa a contar com 335 unidades Amigo da Criança em 26 unidades da Federação.

Além disso, 56 hospitais passam por atualização de código de habilitação, processo que, segundo o ministério, "amplia o escopo da rede de hospitais ao incluir o Cuidado Amigo da Mu-

lher, garantindo a permanência da mãe e do pai junto ao recém-nascido de risco".

EXEMPLO DE HOSPITAL

O anúncio das novas unidades foi feito pelo ministro Alexandre Padilha, nesta sexta-feira, durante visita ao Hospital Universitário de Brasília (HUB), unidade que, segundo ele, é "um exemplo de hospital amigo da criança".

"Aqui vemos o cuidado humanizado em cada detalhe, a

dedicação das equipes e a formação de profissionais comprometidos com o acolhimento.

A pediatria nos ensina muito sobre empatia e escuta, desde se abaixar para falar com a criança até entender o papel da família nesse cuidado", acrescentou.

Em nota, o ministério informou que, com as novas unidades, o governo reconhece práticas de cuidado humanizado que fortalecem a atenção integral desde o parto até os primeiros dias de vida.

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Trigésimo Domingo do Tempo Comum

Temos a alegria de celebrar o 30º Domingo do Tempo Comum. No Evangelho, Jesus não nos ensina longas orações, mas um longo tempo em oração; pois rezar não é apenas falar com Deus, mas fazer silêncio e ouvir a Sua Palavra que ressoa em nosso coração.

Madre Teresa de Calcutá passava longas horas diante do sacrário em silêncio, pronta para ouvir o mandamento de Jesus. Quando questionada por um jornalista, respondeu com simplicidade: "Não faço a minha vontade, mas a vontade de Jesus."

A primeira leitura (Eclo 35,15b-17.20-22a) apresenta o tema central do trecho: o fato de Deus escutar as súplicas daqueles que sofrem violência. Nesse ponto revela-se a teologia do texto — a opção de Deus pelos mais vulneráveis. As lágrimas que correm pelo rosto da viúva denunciam a gravidade dos atos dos dominadores e, ao mesmo tempo, desencadeiam a ação libertadora, acolhedora e consoladora de Deus.

Ele, o justo juiz, há de julgar com justiça todos os que provocam lágrimas de dor no rosto dos pobres. O texto traz a certeza explícita de que Deus não favorece o rico injusto; pelo contrário, Ele toma posição ao lado dos fracos. A oração do humilhado chega até Deus atravessando as nuvens, desfazendo a sensação de distância expressa em Lamentações: "De uma nuvem te envolveste, para que a oração não chegue a ti" (Lm 3,44).

A expressão "não descansa" lembra a parábola de Jesus sobre a viúva que não descansou enquanto a justiça não foi feita. O corpo do pobre, marcado pela dor e pela violência, torna-se um altar, de onde ele oferece a Deus suas lágrimas e clamores por justiça.

Na segunda leitura (2Tm 4,6-8.16-18), o apóstolo Paulo se apresenta pronto para partir: "Completei minha carreira, conservei a fé. Agora aguardo a recompensa do justo Juiz."

Que belo programa para todos nós! Nós, que acreditamos em Cristo, não estamos no mundo para fazer a nossa vontade, mas a vontade de Jesus. Que maravilha é ter a consciência em paz diante do Senhor!

Que todos nós possamos, ao final da caminhada, ter essa mesma tranquilidade do dever cumprido, partindo em paz para o encontro com Deus.

No Evangelho (Lc 18,9-14), Jesus nos recorda o espírito que deve animar nossa oração. O orgulho não garante a eficácia da prece; mas o pecador que, humildemente, reconhece sua condição, pode ter a certeza do olhar misericordioso de Deus. "Quem se exalta será humilhado, e quem se humilha será exaltado" (Lc 18,14b).

A arrogância leva o ser humano a se sentir superior aos outros — não apenas supervalorizando suas virtudes, mas também desprezando os demais. Na parábola, Jesus mostra que alguns estavam convencidos de sua própria justiça e, por isso, desprezavam os outros.

A postura do fariseu é teatral e artificial. Ele reza de si para si mesmo, transformando a oração em autoelogio. Não foi ao templo para falar com Deus, mas para informá-Lo de suas próprias virtudes. Suas palavras são religiosas, mas desprovidas de autêntico conteúdo espiritual.

Já o cobrador de impostos reconhece suas limitações e sua dependência da graça divina. Sabe que não é nada sem Deus, e por isso nem sequer ousa levantar os olhos ao céu. A humildade do publicano contrasta com a arrogância do fariseu, e é justamente essa atitude que o torna justo aos olhos do Senhor.

A parábola é uma grande lição para todos nós. Carregamos nossos defeitos nas costas — e, por isso, muitas vezes não os enxergamos. Precisamos que Deus ilumine o nosso coração e revele nossas fraquezas cotidianas.

O orgulho foi o pecado de Adão e Eva, e continua sendo o pior defeito do coração humano. Nada nos afasta tanto de Deus quanto o orgulho, que destrói a comunhão e apaga a graça. Nossos primeiros pais perderam tudo por causa dele, e o mesmo mal continua ameaçando nossos corações batizados.

Façamos o propósito de evidenciar que a oração autêntica não é um ato de autoglorificação (como o fariseu), mas um silêncio humilde para ouvir a vontade de Deus (como Madre Teresa) e ter a força para cumpri-la (como São Paulo), com a certeza de que o justo Juiz sempre exalta quem se humilha.

FALA DE LULA

Depois de declaração, Secom diz que governo ‘não tolera o tráfico’

LEVY TELES/AE

A Secretaria de Comunicação Social (Secom) disse, nesta sexta-feira, que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não tolera o tráfico de drogas após declaração do chefe do Executivo, que afirmou que traficantes de drogas também são vítimas dos usuários.

No comunicado, a Secom menciona resultados obtidos durante a gestão no combate às drogas e operações contra organizações criminosas.

"O governo do Brasil não tolera o tráfico de drogas e atua com rigor e ações de inteligência, obtendo resultados históricos contra a espinha dorsal das organizações criminosas", diz a Secom.

"Com investimento em ações de inteligência, integração entre as diferentes forças de segurança, além da repressão à lavagem de dinheiro, o governo do Brasil está impondo perdas nunca vistas ao crime organizado", prossegue.

Na mesma nota, a Secom afirma que os resultados anunciados podem melhorar caso o Congresso Nacional aprove a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública e outros textos enviados

"Esse trabalho histórico poderá avançar ainda mais com as inovações do Governo do Brasil na PEC da Segurança Pública e outros textos enviados ao Congresso Nacional. O

objetivo é somar as forças de todo o país para dismantelar as estruturas que alimentam o crime", diz.

O pronunciamento de Lula teve repercussão negativa, que ajudou a fazer a oposição se movimentar. O deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), por exemplo, ironizou as declarações do presidente e afirmou que, "daqui a pouco, o PCC vira ONG".

Em viagem à Indonésia, o petista sugeriu que há uma relação de sustentação entre traficantes e dependentes químicos, enquanto defendia que Trump deveria combater o uso das drogas internamente no país, em vez de promover uma ação militar externa.

"Toda vez que a gente fala de combater as drogas, possivelmente fosse mais fácil a gente combater os nossos viciados internamente. Os usuários são responsáveis pelos traficantes que são vítimas dos usuários também. Você tem uma troca de gente que vende porque tem gente que compra, de gente que compra porque tem gente que vende", disse Lula, em entrevista coletiva em Jacarta, Indonésia.

Após a repercussão negativa, o perfil oficial do presidente se retratou nas redes sociais ao afirmar que a "frase foi mal colocada" e que mais importante que as "palavras" são as ações do governo no combate ao crime organizado.

COP30

Governo federal define valores das diárias para agentes públicos

RENAN MONTEIRO/AE

O governo federal publicou, em edição extra do Diário Oficial da União desta sexta-feira, que estabelece regras para o pagamento de diárias a agentes públicos participantes da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30). Os valores chegam a R\$ 800 por pessoa.

São considerados os deslocamentos de servidores civis, empregados públicos, contratados por tempo determinado e colaboradores eventuais, da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

No intervalo de 27 de outubro a 5 de novembro, os valores individuais das diárias serão de R\$ 800, um aumento de R\$ 100

em relação ao pagamento que geralmente é feito para deslocamento a capitais como Belém (PA).

Esses valores estão definidos em outro decreto de 2006. No decreto publicado nesta sexta, o governo não decidiu novos valores, mas vinculou as diárias a parâmetros já estabelecidos. No período de 6 a 21 de novembro, os valores individuais das diárias variam de R\$ 380,00 a R\$ 800,00, dependendo do cargo.

Conforme previsão legal, há indenização no valor de R\$ 157,01 aos servidores que se afastaram do seu local de trabalho, sem direito à percepção de diária, para execução de trabalhos de campo, por exemplo. Além disso, há um adicional de embarque e desembarque no valor de R\$ 95,00.

MANIPULAÇÃO

Anvisa suspende medicamentos e implantes hormonais

GABRIEL DAMASCENO/AE

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou na quinta-feira passada, a suspensão da comercialização, manipulação, divulgação e uso de todos os medicamentos manipulados da Elme-co Serviços Farmacêuticos e Treinamento Profissional.

O hormônio Nesterone e os implantes de testosterona manipulados foi determinada após a "comprovação da manipulação irregular e da adulteração generalizada de todos as preparações estéreis da empresa, causadas por falhas nas boas práticas de manipulação".

Em nota, a Elme-co informou que fez as adequações exigidas e que, no último dia 15, enviou à vigilância sanitária

regional um plano de ação para comprovar que suas operações estão dentro das normas.

A empresa também declarou que discorda da decisão da Anvisa e que pretende tomar todas as medidas necessárias para esclarecer o caso e comprovar a regularidade de suas atividades.

Segundo a Anvisa, a suspensão dos medicamentos manipulados foi determinada após a "comprovação da manipulação irregular e da adulteração generalizada de todos as preparações estéreis da empresa, causadas por falhas nas boas práticas de manipulação".

STF

Fachin ativa pauta verde e retomará marco temporal

CAROLINA BRÍGIDO/AE

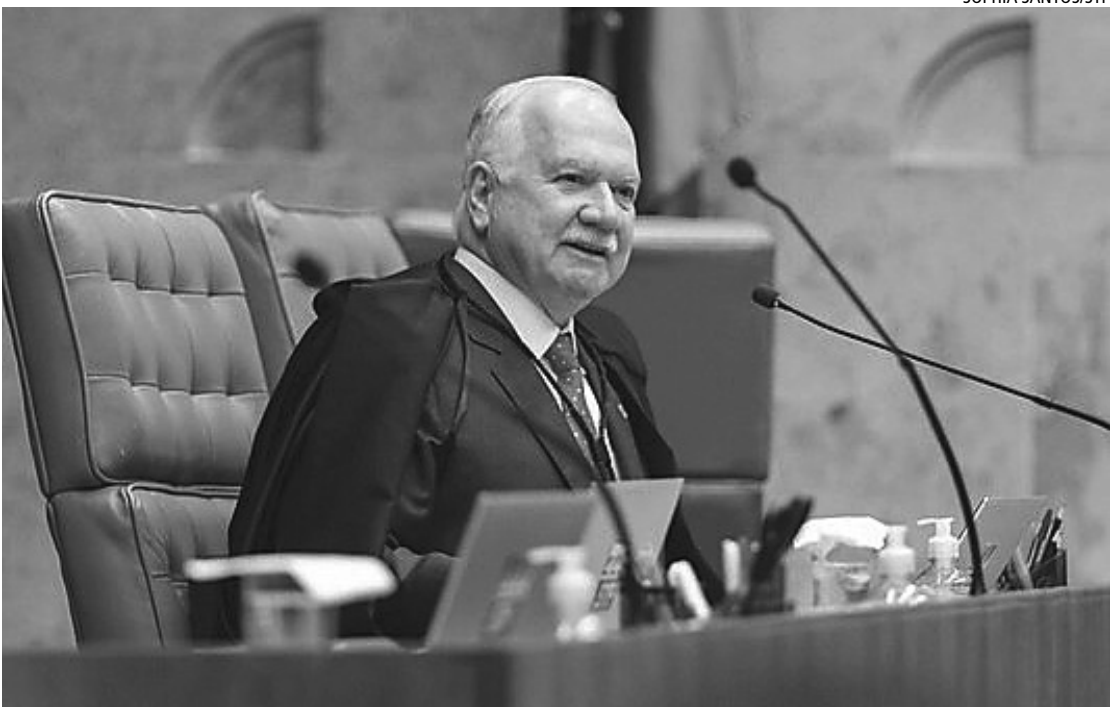
Às vésperas da COP-30, com início marcado para 10 de novembro em Belém, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin (**foto**), incluiu na pauta de julgamentos do plenário processos com grande impacto para o meio ambiente. A intenção dele é agendar para até o fim do ano o retorno ao plenário os debates sobre a legalidade da tese do marco temporal, com regras para a demarcação de terras indígenas.

Fachin costuma abraçar as teses de defensores do meio ambiente e de povos tradicionais. Nem sempre é acompanhado pelos colegas. Em setembro de 2023, o STF declarou inconstitucional a tese do marco temporal, o que ampliou as terras que poderiam ser demarcadas em favor dos indígenas.

Em seguida, o Congresso Nacional aprovou legislações validando o marco temporal, que só permite a demarcação de terras para povos indígenas que estavam nos locais em outubro de 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal. Depois disso, chegaram cinco ações no STF questionando a legalidade da nova norma.

O relator, ministro Gilmar Mendes, convocou sessões de conciliação entre os interessados para debater as mudanças trazidas pelo Congresso. Houve acordo sobre trechos específicos, que devem ser submetidos ao plenário. O tribunal deve julgar também as ações, que tratam de outros pontos que não foram acordados entre as partes.

No julgamento de 2023, o voto do relator, Fachin, conduziu



SOPHIA SANTOS/STF

a maioria do plenário a rejeitar a tese do marco temporal. O placar fechou em nove votos a dois. Do grupo majoritário, dois se aposentaram: Rosa Weber, que foi substituída por Flávio Dino, e Luís Roberto Barroso, que ainda não teve o sucessor escolhido. Votaram contra os interesses dos indígenas Kassio Nunes Marques e André Mendonça, que continuam no tribunal.

No dia 6, Mendes abriu prazo de 15 dias para a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestar. O ministro declarou que, quando receber o parecer, vai liberar o voto para julgamento no plenário. A interlocutores, Fachin disse que pautaria o caso ainda neste ano.

Por conta da formação diferente do tribunal, o placar do novo julgamento pode ser diferente do registrado há mais de

dois anos. Outro fator também pode provocar mudança no resultado da votação. Em 2023, foi analisado um recurso sobre um caso específico em Santa Catarina. Agora, serão analisadas ações de controle concentrado, que produzirão teses de maior abrangência.

Antes de encarar o marco temporal, Fachin incluiu no plenário dois julgamentos importantes para o setor do meio ambiente. Um deles foi a ação sobre o projeto Ferrogrão, que visa ligar o Pará ao Mato Grosso. Alexandre de Moraes votou pela validade da lei que reduziu o área do Parque Nacional do Jamanxim para a construção da ferrovia.

Luís Roberto Barroso concordou com Moraes. Os dois afirmaram que o Poder Executivo poderia compensar a área suprimida do parque por meio de de-

creto. Flávio Dino pediu vista na sessão de 8 de outubro. O prazo para o ministro devolver o caso para julgamento é de até 90 dias.

Fachin também incluiu na pauta do plenário o julgamento de duas ações que questionam regras do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que reduziram em 60% a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os agrotóxicos. O assunto começou a ser debatido pelos ministros no dia 16.

Fachin, que é o relator do caso, votou pela inconstitucionalidade dessas normas. "Para que haja concessão de qualquer incentivo, os benefícios devem ser voltados a práticas consideradas menos poluentes e mais benéficas à fauna, à flora e a toda a coletividade", afirmou. Outros ministros ainda não se manifestaram sobre o assunto.

BARCOS NA BAÍA

Lindbergh aciona STF contra Flávio Bolsonaro por pedir ataque ao Rio

BRUNA ROCHA/AE

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias (RJ), protocolou nesta sexta-feira, uma representação criminal no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), em razão de publicações feitas pelo parlamentar nas redes sociais.

Na postagem em questão, o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro compartilhou uma publicação do secretário de Guerra dos Estados Unidos, Pete Heg-

seth, que informava sobre um ataque de militares americanos a uma embarcação de uma organização terrorista no Pacífico Leste.

Ao republicar o conteúdo, Flávio Bolsonaro sugeriu que Hegseth "ajudasse" o Brasil no combate ao tráfico de drogas na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro.

"Hoje, sob a direção do presidente Trump, o Departamento de Guerra realizou mais um ataque cinético letal contra uma embarcação operada por uma Organização Terrorista Desig-

nada (DTO). Mais uma vez, os terroristas, agora falecidos, estavam envolvidos no narcotráfico no Pacífico Leste", escreveu Hegseth na rede social X.

Ao compartilhar o conteúdo, Flávio escreveu: "Que inveja! Ouvi dizer que há barcos como este aqui no Rio de Janeiro, na Baía de Guanabara, inundando o Brasil com drogas. Você não gostaria de passar alguns meses aqui nos ajudando a combater essas organizações terroristas?".

No ofício encaminhado ao STF, Lindbergh classificou a

manifestação do senador como uma "afronta direta à soberania e à integridade territorial do Brasil".

Segundo o petista, a declaração de Flávio não se ampara no princípio da liberdade de expressão. "É inadmissível que um senador da República, cujo mandato tem como essência a defesa dos interesses permanentes do Estado brasileiro, advoque publicamente em favor da submissão da soberania nacional ao poder bélico de outro país", afirmou Lindbergh na representação.

ENVENENAMENTO

PR tem mais duas mortes confirmadas por metanol e chega a três nº de óbitos

CAIO POSSATI/AE

Mais duas pessoas morreram no Paraná na última quarta-feira, após serem intoxicadas por metanol com o consumo de bebida alcoólica adulterada. Os óbitos elevam para três a quantidade de mortes confirmadas no Estado pela intoxicação com a substância.

A informação foi divulgada pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) por meio de nota. As mortes não entraram no balanço apresentado pelo Ministério da Saúde no mesmo dia, que ainda registrava apenas uma morte no território paranaense.

Uma das vítimas era uma mulher de 41 anos, moradora de

Curitiba, que estava internada em estado grave desde o dia 11 de outubro. "Ela possuía doenças crônicas e outras comorbidades", informou a Sesa.

A segunda morte é de um homem de 43 anos, residente em Almirante Tamandaré, na região metropolitana da capital. Ele deu entrada em um serviço de saúde de Curitiba na última segunda-feira, 20, como caso suspeito. No dia seguinte, um exame laboratorial confirmou a intoxicação por metanol.

Ao todo, o Paraná já tem seis casos confirmados de intoxicação pela substância: quatro em Curitiba, um em Almirante Tamandaré e um em Foz do Iguaçu. Desses, três resultaram em

morte. Conforme o governo, os demais não estão mais internados.

Antes da mulher de Curitiba e do homem de Almirante Tamandaré, a primeira morte no Estado foi de um homem de 55 anos, morador de Foz do Iguaçu.

Com base o balanço mais recente do Ministério da Saúde, divulgado na quarta-feira - que não contabilizou as duas mortes mais recentes no Paraná -, o Brasil registra dez mortes e 53 casos confirmados em todo o território nacional de intoxicação por metanol. A maioria das ocorrências está concentrada em São Paulo, com sete mortes e 42 casos confirmados.

O metanol é uma substância

tóxica que não pode ser identificada pelo cheiro ou pelo sabor, nem provoca alterações visíveis nas bebidas. Mesmo em pequenas quantidades, pode levar uma pessoa à morte.

Os sinais de intoxicação costumam aparecer entre seis e 72 horas após a ingestão e podem ser confundidos com uma resaca. Os sintomas iniciais incluem dor de cabeça, náuseas, vômitos, sonolência, falta de coordenação, tontura e confusão mental.

Entre as consequências mais graves estão dor abdominal intensa, alterações visuais (como visão embaçada, pontos escuros, sensibilidade à luz ou cegueira súbita), dificuldade para respirar, convulsões e coma.

PETRÓLEO

Margem Equatorial: MPF recorre para barrar exploração

O Ministério Público Federal (MPF) informou nesta sexta-feira que apresentou recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) contra a decisão que manteve o resultado do leilão de blocos exploratórios de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas e a concessão de licença de pesquisa para eventual exploração.

Na última segunda-feira, a Petrobras obteve a licença do

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para iniciar a operação de pesquisa exploratória na Margem Equatorial.

Segundo o MPF, os leilões que antecederam o processo de autorização para a licença de exploração necessitam do Estudo de Impacto Climático (EIC), a Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS), além da consulta prévia a comunidades

indígenas.

“O MPF argumenta que a ausência dos estudos e da consulta na fase pré-licitatória é uma grave ofensa ao ordenamento jurídico e aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil”, afirmou o órgão.

De acordo com a Petrobras, a sonda exploratória se encontra na região do bloco FZA-M-059 e a perfuração está prevista para começar “imediatamente”. O poço fica em águas profundas

do Amapá, a 175 quilômetros da costa e a 500 quilômetros da foz do rio Amazonas.

A perfuração dessa fase inicial tem duração estimada em cinco meses, segundo a companhia. Nesse período, a empresa busca obter mais informações geológicas e avaliar se há petróleo e gás na área em escala econômica. “Não há produção de petróleo nessa fase”, frisou a Petrobras em comunicado.

IBGE

Censo: 391 etnias indígenas falam 295 línguas no Brasil



JOSE CRUZ/ABRASIL

MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

Em todo o país, há 391 etnias e 295 línguas indígenas faladas. Os dados foram divulgados, nesta sexta-feira, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo Demográfico 2022 — Etnias e línguas indígenas.

Em 2022, após mudanças na metodologia, o IBGE reconheceu mais etnias e identificou mais línguas faladas em todo o país do que as registradas em 2010, ano do recenseamento anterior. Em 2010, foram identificadas 305 etnias e 274 línguas.

Segundo o Censo, 1.694.836 pessoas indígenas vivem em 4.833 municípios do país. Os indígenas representam 0,83% do total de 203 milhões de habitantes no Brasil. Em números, em 12 anos, houve um aumento de 896.917 indígenas, o equivale a um aumento de 88,82%.

Etnias indígenas mais populosas do Brasil:

- 1ª - Tikuna: 74.061 pessoas;
- 2ª - Kokama: 64.327;
- 3ª - Makuxí: 53.446.

Línguas indígenas mais faladas do Brasil:

- 1ª - Tikúna: 51.978 falantes;
- 2ª - Guarani Kaiowá: 38.658;
- 3ª - Guajajara: 29.212.

De acordo com IBGE, cada etnia indígena é definida por afinidades linguísticas, culturais e/ou sociais. No caso das línguas, foram consideradas aquelas utilizadas para a comunicação nos domicílios.

Na pesquisa, foram consideradas demandas feitas pelos próprios povos sobre dados que são importantes para as comunidades. Para a Gerente de Povos e Comunidades Tradicionais e Grupos Populacionais Específicos da Diretoria de Pesquisas do IBGE, Marta Antunes, os dados

divulgados poderão ajudar na elaboração e implementação de políticas públicas mais adequadas a cada povo indígena.

“Agora, a gente vai poder olhar para cada povo de forma individualizada e compreender onde ele se situa, se ele teve acesso à terra indígena, se ele reside fora de terra indígena, se ele está em situação urbana, se ele está em situação rural, permitindo que a adaptação étnica e cultural das políticas públicas leve em consideração tanto a etnia, quanto onde ela está localizada”, explica.

ETNIAS BRASILEIRAS

Do total de pessoas indígenas, 73,08% declarou pertencer a uma etnia e 1,43% disse pertencer a duas etnias. Entre os demais, 9,85% não declararam nenhuma etnia e 13,05% disseram não saber. A declaração de 1,60% foi considerada pelo IBGE como mal definida, e a de 0,98%, não determinada.

A maior parte dos percentuais permaneceu praticamente a mesma em relação a 2010, mas houve uma redução daqueles que não sabiam a etnia a qual pertencem, que, em 2010, eram 16,41%; e um aumento daqueles que não a declararam — em 2010 foram 6%.

Segundo o IBGE, foram feitas algumas modificações na metodologia que impactaram na variação no número de etnias entre 2010 e 2022. Entre elas, 25 etnias foram desagregadas em relação a 2010, oito etnias que em 2010 estavam organizadas como outras etnias das Américas estão, agora, apresentadas de forma individualizada. Além disso, uma etnia foi inserida para agregar duas etnias apresentadas de forma isolada em 2010, e 73 novos etnônimos foram inseridos

como etnias em 2022.

ONDE ESTÃO?

Em 2010, segundo o último Censo, a maioria da população indígena vivia em áreas rurais — 63,78%. Em 2022, o cenário era o contrário, com a maioria (53,97%) em áreas urbanas.

A cidade de São Paulo, a maior da América Latina, é a que concentra também o maior número de etnias indígenas, 194; seguida por Manaus, 186; Rio de Janeiro, 176; Brasília, 167 e Salvador, 142. Fora das capitais, destacam-se em número de etnias Campinas (SP), 96; Santarém (PA), 87; e, Iranduba (AM), com 77 etnias.

Ao todo, dentro de terras indígenas (TIs), foram registrados 335 etnias, povos ou grupos indígenas em 2022, número acima daquele registrado em 2010, que foi 250. Já fora de terras indígenas foram contabilizadas 373 etnias, povos ou grupos indígenas em 2022, contra 300 em 2010.

Dentro das terras indígenas, o maior número de etnias identificadas no Censo 2022 está no Amazonas: 95. Em 2010, no estado, foram identificadas 75. O Amazonas é seguido por Pará, com 88 etnias em 2022, contra 57 em 2010; Mato Grosso, com 79 (eram 64 em 2010); Rondônia, com 69 (em 2010, eram 46); e, Roraima, com 62, contra 28 no Censo anterior.

A maior etnia do Brasil é Tikúna, composta por 74.061 pessoas. Dessas, a maioria (71,13%) está em terras indígenas. Em seguida, Kokama conta com uma população de 64.327 pessoas, mas apenas 12,89% vivendo em terras indígenas. Os demais 67,65% fora das terras indígenas em áreas urbanas, e 19,47% fora de TIs em áreas rurais. Makuxí

aparece em terceiro lugar, com 53.446 pessoas, sendo que 68,31% delas reside em TIs; e, Guarani Kaiowá, em quarto, com 50.034, sendo que 70,46% vivem em TIs.

LÍNGUAS INDÍGENAS

Assim como ocorreu com a captação das etnias indígenas, o IBGE destaca que houve um aprimoramento da captação das línguas, o que impactou no registro do aumento das línguas faladas no Brasil entre 2010 e 2022.

De acordo com o gerente de Territórios Tradicionais e Áreas Protegidas do IBGE, Fernando Damasco, parte do aumento se deve também a um trabalho dos próprios indígenas do resgate das línguas, além de processos migratórios.

“Quando a gente vai olhando, uma a uma, a gente vai entendendo. Tem situações bem específicas. Além disso, tem as línguas que foram acrescentadas a partir do processo migratório. Tem línguas predominantes de outros países. É o caso, por exemplo, do Warao, que não era frequente em 2010, mas, por conta da migração venezuelana, na última década, que foi muito significativa, a gente tem um incremento enorme de população Warao”, diz.

A língua Tikúna foi a que registrou o maior quantitativo de pessoas indígenas falantes, com 51.978 pessoas, sendo 87,69% residentes dentro de TIs, seguida por Guarani Kaiowá com 38.658 falantes, a maioria residindo dentro de TIs (81,83%); e Guajajara, com 29.212 pessoas, a maioria em TIs (90,43%). Nheengatu é a língua indígena mais falada em áreas urbanas, com 13.070 falantes, 41,94% deles, em cidades.

NETO DE DITADOR

Moraes assina carta para intimar Paulo Figueiredo nos EUA

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), assinou nesta sexta-feira uma carta rogatória para que o blogueiro Paulo Figueiredo seja intimado nos Estados Unidos.

O procedimento foi adotado porque Figueiredo é residente permanente nos Estados Unidos há dez anos e precisa ser informado pessoalmente sobre a denúncia na qual a Procuradoria-Geral da República (PGR) o acusa do crime de coação no curso do processo no inquérito do tarifaço contra as exportações brasileiras. Paulo Figueiredo é neto do ex-presidente da ditadura João Figueiredo.

Na carta, Moraes informou aos Estados Unidos que o acusado deve apresentar defesa no prazo de 15 dias após o recebimento da notificação.

“O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, órgão de cúpula do Poder Judiciário do Brasil, faz saber aos Estados Unidos da América que tramitam nesta Corte os autos do processo em epígrafe”, diz trecho da carta.

A carta rogatória é um procedimento demorado de notificação e deve passar pelas di-

plomacias do Brasil e Estados Unidos. Além disso, ainda depende da atuação do Judiciário norte-americano.

DENÚNCIA

Paulo Figueiredo e o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) foram denunciados ao Supremo pelo crime de coação no curso do processo. Ambos estão nos Estados Unidos e foram investigados no inquérito que apurou a participação deles na promoção do tarifaço dos Estados Unidos contra o Brasil e de sanções contra integrantes do governo federal e do Supremo.

Na denúncia apresentada ao STF, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, disse que Eduardo e Figueiredo ajudaram a promover “graves sanções” contra o Brasil para demover o Supremo a não condenar o ex-presidente Jair Bolsonaro pela trama golpista, o que ocorreu em julgamento realizado em setembro.

Em nota conjunta divulgada após a denúncia, Eduardo Bolsonaro e Paulo Figueiredo desqualificaram a denúncia da PGR e reafirmaram que vão continuar atuando com “parceiros internacionais” para que novas sanções sejam aplicadas a autoridades brasileiras.

VATICANO

Papa recebe MST e diz que terra, teto e trabalho são direitos sagrados

RAISA TOLEDO/AE

O Papa Leão XIV recebeu na quinta-feira passada, representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de outros mais de 130 movimentos sociais no Vaticano. Eles participaram da quinta edição do Encontro Mundial de Movimentos Populares; o primeiro foi realizado em 2014.

Ao discursar diante dos participantes, Leão XIV destacou que “a terra, o teto e o trabalho são direitos sagrados pelos quais vale a pena lutar”. Ele também afirmou que os movimentos sociais exercem um papel essencial na construção da solidariedade e defendeu que a Igreja mantenha proximidade com essas causas.

“A Igreja deve estar com vocês: uma Igreja pobre para os pobres, uma Igreja que se inclina, que assume riscos, que é valente, profética e alegre”, declarou, segundo o portal Vatican News. O pontífice comprou acompanhar os movimentos populares ao apoio da Igreja para a criação de sindicatos no passado. “Suas lutas em prol da terra, da moradia e do trabalho por um mundo melhor merecem encorajamento”, disse.

“Quando cooperativas e

grupos de trabalho são formados para alimentar os famintos, abrigar os sem-teto, ajudar os náufragos, cuidar de crianças, criar empregos, ter acesso à terra e construir casas, devemos lembrar que não estamos promovendo ideologia, mas sim vivendo verdadeiramente o Evangelho”, continuou.

Durante a audiência, a representante do MST, Ayala Ferreira, presenteou o papa com uma bandeira com imagem do orixá Ossanha, também chamado de Ossain, associado à medicina natural nas religiões afro-brasileiras.

Além do MST, o Brasil também teve no encontro representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira (Cenarab).

O encontro integra uma série de diálogos entre o Vaticano e organizações populares que antecedem o Jubileu dos Movimentos Populares, marcado para o próximo fim de semana com uma missa na Praça de São Pedro. A iniciativa dá continuidade ao processo de aproximação com pautas sociais e ambientais iniciado pelo papa Francisco em 2014.

Nota

MORAES AUTORIZA MAURO CID A COMPARECER AO ANIVERSÁRIO DA AVÓ

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, a comparecer ao aniversário de sua avó, de 90 anos, previsto para o dia 1º de novembro. Apesar de Cid estar em liberdade, a autorização do ministro foi necessária porque o militar está sob monitoramento de tornozeleira eletrônica. Moraes também determinou que a Secretaria de Administração Penitenciária do Distrito Federal deverá encaminhar um relatório sobre o monitoramento eletrônico de Mauro Cid no prazo de 48 horas após o deslocamento. Mais cedo, além do pedido de autorização, a defesa de Cid também solicitou ao ministro a extinção da punibilidade. A manifestação foi enviada ao Supremo após a publicação do acórdão do julgamento que condenou o ex-ajudante, o ex-presidente da Jair Bolsonaro e outros réus do Núcleo 1 da trama golpista.

MELHORA

Guterres pede reforma urgente do Conselho de Segurança da ONU

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, alertou que a legitimidade "frágil" do Conselho de Segurança pode colocar em risco a paz global, se permanecer estagnado e não cumprir seu principal propósito, em discurso feito nesta sexta-feira. Para resolver isso, ele pediu uma reforma.

"Embora o Conselho tenha desempenhado um papel central na manutenção da paz, na resolução de conflitos e na defesa do direito internacional,

seu sistema de veto frequentemente paralisou ações e gerou críticas", menciona o texto da ONU.

De acordo com a organização, a estrutura do órgão é vista por muitos países e altos funcionários como pouco representativa, deixando regiões como África e América Latina sem uma voz permanente.

Guterres afirmou que "o privilégio de sentar-se à mesa carrega consigo o dever - acima de tudo - de honrar a fé dessas pessoas", afirmou. "Sem um Conselho de Segurança adequado, o mundo corre grave perigo."

ASSASSINATOS

Colombiano é condenado a prisão perpétua na Inglaterra

Um colombiano acusado de matar dois homens, espartilhos e tentar espalhar seus restos mortais de uma ponte em Bristol, no oeste da Inglaterra, foi condenado nesta sexta-feira, em Londres, à prisão perpétua, com um período mínimo de cumprimento da pena de 42 anos.

Ao proferir a sentença, o juiz do Tribunal da Coroa de Woolwich, no sudeste de Londres, advertiu o acusado, Yostin Andrés Mosquera, de 35 anos, que ele poderia passar o resto de sua vida preso.

"Insisto que os 42 anos são o mínimo (de cumprimento da pena). Pode ser que nunca seja libertado", declarou o juiz Joel Bennathan.

Mosquera recebeu duas penas de prisão perpétua e uma condenação a 16 meses de detenção por posse de pornografia infantil.

O colombiano havia sido declarado culpado em julho pelo duplo assassinato de Paul Longworth, um inglês de 71 anos, e Albert Alfonso, de 62, de origem francesa e naturalizado britânico. O casal, que vivia em união estável, residia em Londres.

"Foi uma tragédia para eles que você, Yostin Mosquera, tenha entrado em suas vidas", afirmou o juiz, acrescentando que estava "certo" de que o acusado tinha a intenção de vender o apartamento deles após matá-los.

O caso, que ganhou as manchetes da imprensa britânica, ocorreu em julho de 2024, quando a polícia descobriu duas malas com restos humanos na famosa ponte Clifton, em Bristol.

A polícia havia sido alertada

por pedestres que acharam suspeito o comportamento de Mosquera, que foi preso posteriormente.

Durante o julgamento em abril, o colombiano reconheceu apenas o homicídio culposo de Albert Alfonso, com quem mantinha relações sexuais, segundo a investigação. Na ocasião, Mosquera acusou Alfonso de causar a morte de Longworth.

Ambas as vítimas haviam viajado com o acusado para a Colômbia. Uma foto divulgada pela imprensa mostrava os três sorrindo em um barco no país sul-americano.

Durante o julgamento, a promotória, que descreveu o colombiano como um "ator pornô", explicou que ele não podia negar os fatos, pois havia filmado seu ato.

Uma análise do computador de Mosquera revelou que, antes do assassinato, ele havia pesquisado o valor da residência do casal em Londres. Também teria tentado acessar as economias de Alfonso para fazer transferências para sua própria conta na Colômbia.

Algumas partes dos corpos das duas vítimas foram encontradas em um freezer no apartamento dos falecidos.

De acordo com a acusação, Mosquerateria matado os dois homens em 8 de julho de 2024 no apartamento das vítimas em Londres e depois "teria tentado roubá-los".

Paul Longworth foi golpeado na cabeça com um martelo, e Albert Alfonso foi "esfaqueado várias vezes" no torso, rosto e pescoço.

JAPÃO

Premiê promete ampliar a acelerar gastos com defesa

A primeira-ministra do Japão, Sanae Takaichi, prometeu nesta sexta-feira ampliar e acelerar os gastos com defesa, em meio às crescentes tensões com a China, a Coreia do Norte e a Rússia.

Takaichi afirmou que o governo atingirá a meta anual de gastos militares equivalentes a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) até março de 2026. O plano inicial era chegar ao montante em 2027. A estratégia de segurança do país será revisada até o fim do ano que vem, ainda segundo a primeira-ministra. Habitualmente, o Japão cumpre a tarefa uma vez por

década, e fez a revisão pela última vez em 2022.

"A ordem internacional livre, aberta e estável à qual estávamos acostumados está violentamente abalada diante de uma mudança histórica no equilíbrio de poder e intensificação das competições geopolíticas", disse Takaichi, que tomou posse no cargo na terça-feira, 21, e discursou pela primeira vez no Parlamento nesta sexta. "Na região ao redor do Japão, as atividades militares e outras ações de nossos vizinhos China, Coreia do Norte e Rússia estão causando graves preocupações."

ASEAN

Lula quer colocar o Brasil na associação de países asiáticos

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) afirmou, nesta sexta-feira, que o Brasil trabalha para ser membro pleno da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean). Ele está em viagem à região em busca uma aproximação política com os países e a possibilidade de expansão do comércio brasileiro com um mercado de 680 milhões de habitantes.

"O Brasil trabalha para ser membro pleno da Asean. O Brasil tem de acreditar na sua economia, nós vivemos um bom momento econômico brasileiro. (...) E por isso eu continuo viajando para ver se a gente aumenta a nossa balança comercial, a nossa reserva em dólares, nossos investimentos também no exterior e atrair novos investimentos para o Brasil", disse.

A declaração foi dada após reunião com o secretário-geral da entidade, Kao Kim Hourn, em Jacarta, capital da Indonésia. O Brasil é o único país latino-americano a manter Parceria de Diálogo Setorial com a Asean, estabelecida em 2023, com iniciativas de coordenação política e de cooperação multissetorial.

Na sequência o líder brasileiro embarcou para Kuala Lumpur, na Malásia. Lá, Lula participa da cúpula da Asean e de encontro de líderes do Leste Asiático (EAS), além de um encontro com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Será a primeira vez que um chefe de Estado brasileiro participará dessa cúpula.

Fundada em 1967 pela Indonésia, Malásia, pelas Filipinas, por Singapura e Tailândia, a Asean é uma organização regional que promove a cooperação econômica, política, de segurança e sociocultural entre os seus membros. Além dos países fundadores, o bloco é composto também por Brunei, Laos, Mianmar, pelo Vietnã, Camboja e, durante esta próxima cúpula, receberá formalmente a adesão do Timor Leste, que se tornará o 11º membro.

GUSTAVO PETRO

Tesouro dos EUA anuncia sanções ao presidente da Colômbia e família

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

O Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC, em inglês) do Departamento do Tesouro dos EUA anunciou sanções ao presidente da Colômbia, Gustavo Petro, bem como seus familiares e apoiadores, "em conformidade com as autoridades relacionadas ao combate ao narcotráfico", de acordo com documento divulgado nesta sexta-feira.

Além do líder colombiano, sua esposa, Veronica del Socorro Alcocer Garcia, e seu filho mais velho, Nicolas Fernando Petro Burgos, também foram alvos da medida. Com a ação norte-americana, todos os bens e interesses em bens das pessoas designadas ou bloqueadas descritas no documento que estejam nos EUA ou sob posse ou controle de cidadãos norte-

americanos estão bloqueados e devem ser reportados ao OFAC. O secretário do Tesouro norte-americano, Scott Bessent, alega que desde que Petro assumiu o poder na Colômbia, a produção de cocaína no país atingiu o ritmo mais alto em décadas, inundando os EUA e "envenenando americanos". "O presidente Petro permitiu que os cartéis de drogas prosperassem e se recusou a interrom-

per essa atividade", disse ele. "Hoje, o presidente dos EUA, Donald Trump, está tomando medidas enérgicas para proteger nossa nação e deixar claro que não toleraremos o tráfico de drogas para nosso país", acrescentou.

Segundo a nota, a ação foi tomada em conformidade com a Ordem Executiva 14059, que visa estrangeiros envolvidos no comércio global de drogas ilícitas.

Ainda, a agência pondera que a decisão de reafirmar a classificação se baseia na força econômica do país, apoiada pela economia rica, diversificada e resiliente a choques econômicos. De acordo com a Moody's, a França possui instituições públicas altamente competentes, por mais que a solidez do arcabouço institucional esteja sendo testada no contexto de um cenário político interno cada vez mais desafiador.

NOTA DE RISCO

Moody's altera perspectiva da França para negativa, mas reafirma rating 'Aa3'

ISABELLA PUGLIESE VELLANI E LAÍS ADRIANA/AE

A Moody's Ratings alterou a perspectiva do Governo da França de estável para negativa, em documento publicado nesta sexta-feira. Na nota, contudo, a agência reafirmou os ratings de emissor de longo prazo em moeda nacional e estrangeira e os ratings seniores sem garantia em moeda nacional da França em "Aa3".

Segundo a Moody's, a decisão de alterar a perspectiva para negativa reflete o risco crescente de que a fragmentação do cenário político do país continue a prejudicar o funcionamento das instituições legislativas francesas.

"Essa instabilidade política corre o risco de prejudicar a capacidade do governo de enfrentar os principais desafios políticos, como o elevado déficit fiscal, o aumento da dívida e o au-

mento duradouro dos custos de empréstimos, levando a um enfraquecimento mais rápido das principais métricas fiscais da França do que o esperado atualmente", acrescenta.

A Moody's apontou que a reversão prolongada de reformas econômicas, como a da aposentadoria, pode aumentar os desafios fiscais do governo e afetar negativamente o crescimento potencial francês ao diminuir a oferta de mão de obra.

Ainda, a agência pondera que a decisão de reafirmar a classificação se baseia na força econômica do país, apoiada pela economia rica, diversificada e resiliente a choques econômicos. De acordo com a Moody's, a França possui instituições públicas altamente competentes, por mais que a solidez do arcabouço institucional esteja sendo testada no contexto de um cenário político interno cada vez mais desafiador.

RICARDO STUCKERT/PR

